



GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS

**MARIA TEREZA DUARTE PAES
MARCELO ANTONIO SOTRATTI**
ORGANIZADORES

**I
U**
EMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS


ANNA BLUME

A LINGUAGEM CONSENSUAL DO PATRIMÔNIO⁶⁴

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_8

PAULO PEIXOTO

INTRODUÇÃO

O patrimônio parece ser, mais vezes que aquilo que é na realidade, uma matéria consensual. Dos tempos que se seguiram à Revolução Francesa de 1789 – em que o patrimônio se insinuou como palavra maldita, ligada a um conservadorismo combatido pelas correntes progressistas da esquerda política – até aos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial – quando as agências multilaterais promoveram a ideia de patrimônio para ostentar e travar cenários de destruição horrenda – o termo foi legitimado e adquiriu um inusitado e transversal grau de aceitação social. Não é por acaso que a Convenção da UNESCO de 1972 se tornou o acordo internacional com maior número de estados signatários.

Se olharmos o patrimônio como o conjunto de bens, objetos ou práticas que obtiveram um reconhecimento formal e um estatuto oficial de proteção, quer no quadro local, quer no âmbito internacional, o caráter político e conflitual dos processos de patrimonialização tende a tornar-se invisível. É tanto mais assim que a própria palavra patrimônio se tornou um chavão acrítico de diferentes disciplinas científicas e de retóricas diversas, da linguagem política à linguagem mediática. Por isso mesmo, falar em patrimônio sem discutir o processo de patrimonialização que conferiu a algo um estatuto de proteção

64. Este texto beneficia de minha estada, como professor visitante na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), e das discussões havidas no seio do Grupo de Pesquisa “Arte, Cultura e Poder” e da disciplina de “Cultura e Memória: memória, patrimônio e identidade” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma Universidade.

formal impede-nos, frequentemente, de dar conta da razão ontológica do que é chamado patrimônio. O mesmo se passa se não nos perguntarmos quem chama patrimônio a quê e por que alguns bens com estatuto oficial de proteção continuam sendo chamados de patrimônio e outros não. O patrimônio tende a ser algo de disputado, na medida em que implica escolhas relativas ao que é e ao que não é patrimonializado. E esta dinâmica está tão presente nos processos locais e nacionais de patrimonialização quanto nas agendas globais lideradas pela UNESCO. No plano local, a consensualidade em torno dos processos de patrimonialização se constrói cada vez mais por via do fechamento em si mesmas das equipes responsáveis pelos dossiês de candidatura, ainda que se multipliquem instrumentos meramente formais da chamada “participação comunitária”. No plano nacional, para além das escolhas que integram as listas indicativas (Tentative Lists) de bens candidatos ao selo da UNESCO, cada país tem de selecionar o máximo de um bem a candidatar por ano. Se trata, em geral, de processos de seleção pouco transparentes e que não são debatidos na esfera pública. Se assim não fosse, a conflitualidade latente desses processos se manifestaria de forma bem mais evidente. Sua aparente consensualidade reside na força de critérios políticos ou econômicos legitimados e oficializados por lobies mais ou menos assumidos e capazes de justificar uma “seleção óbvia e natural”. No plano internacional, as Assembleias Gerais da UNESCO promovem discussões mais ou menos intensas sobre o cumprimento e a pertinência dos critérios que o bem candidato cumpre ou não cumpre para integrar as listas. Mas nos meses e anos precedentes, o trabalho necessário foi feito para que, não obstante as acaloradas discussões, a inscrição do bem não enfrente obstáculos intransponíveis. E os parceiros se alinham em uníssono, de forma concertada, do mesmo modo que o fazem em outros *fora*, para aclamar a escolha.

Por outro lado, suas formas de apropriação, crescentemente ligadas a modalidades de consumo, nos revelam que o patrimônio nunca é de todos e que acaba sendo mais de uns que de outros. Acresce que a força do termo patrimônio nos leva a esquecer que o estatuto patrimonial não é algo que se adquire e que perdura por si só, na medida em que esse estatuto é mantido e se revigora através de um processo ancorado em uma linguagem hegemônica e hermética. O reforço da profissionalização e a tendência para a especialização, que estão hoje indelevelmente presentes nos processos de patrimonialização, são sinais evidentes que a linguagem consensual do patrimônio se produz cada vez mais em contextos circunscritos pela retórica

da competitividade, hierarquizados pela indústria do turismo e estrategicamente orientados para a cultura do consumo.

A produção e a consolidação de uma linguagem consensual e hegemônica se deve, por um lado, ao fato de o patrimônio emergir enquanto tal em um processo de consciência de perda ou de risco de desaparecimento e de, nesse contexto, participar em uma dinâmica de exacerbação das qualidades do defunto, comum aos processos de luto. Nesta perspectiva, pondo em causa o caráter consensual do patrimônio, estaríamos perto da concepção de Walter Benjamin, que nos convida a encarar os documentos de cultura como sendo também documentos de barbárie (Benjamin, 1986). Essa exacerbação das qualidades e a depuração que os processos de patrimonialização concretizam é bem visível no caso do patrimônio industrial. Os danos que os bens que integram esse tipo de patrimônio causaram, por exemplo, ao patrimônio ambiental ou as dinâmicas de escravidão de massas anônimas de indivíduos, que de algum modo possam ter permitido por via da sujeição a condições laborais desumanas, tendem a ser esquecidas na hora de reconhecer o estatuto patrimonial da velha usina ou da mina desativada. A retórica da beleza do morto, onde os artefatos da cultura se tornam atrativos depois de extintos (de Certeau, 1974) ganha aqui todo o seu sentido.

O fenômeno que acabamos de referenciar se deve, por outro lado, ao trabalho profissional e especializado que enquadra os processos de produção de patrimônio. A retórica oficial do patrimônio, que Laurajane Smith designa por “Authoritative Heritage Discourse” (Smith, 2006), se especializa na glorificação das vertentes materiais e tangíveis que atuam como marcadores patrimoniais e identitários. Esta lógica é bem visível nos processos de patrimonialização concretizados no âmbito na UNESCO, uma vez que estes se orientam por uma dinâmica redutora voltada para o reconhecimento formal de essencialismos da cultura⁶⁵. Na perspectiva da autora, os profissionais da patrimonialização pautam suas atuações pelo esforço de descarregar as qualidades emocionais do patrimônio, se insinuando como

65. Ainda que esta dinâmica se deva ao fato de a UNESCO pautar suas listas patrimoniais pelo princípio da representatividade, contrário a uma lógica de extensão cumulativa, permitindo apenas a inclusão de bens que representem “valores únicos”, na prática, essa lógica de reconhecimento patrimonial reforça duas dimensões muito marcantes dos atuais processos de patrimonialização. A necessidade de hiperespecialização dos profissionais que produzam narrativas suficientemente arrebatadoras e devidamente ajustadas aos mecanismos e formulários instituídos pela UNESCO. E a seletividade essencialista que confina cada vez mais o reconhecimento patrimonial promovido pela UNESCO aos bens consagrados no âmbito do mercado turístico globalizado.

técnicos objetivos, que escondem por trás dessa aparente objetividade as funções emocionais e políticas que o patrimônio desempenha em nossas sociedades. A crescente complexificação dos processos de inventariação e de tombamento, e a consequente necessidade de recorrer a peritos e a conhecimentos especializados, acaba por gerar um efeito de consensualidade, que está circunscrito pela retórica hermética e oficial do patrimônio.

SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO ENQUANTO EIXOS DA LINGUAGEM CONSENSUAL

Se o termo patrimônio é, em si mesmo, expressão de uma metalinguagem, sendo usado para descrever bens e objetos que aparentemente representam de forma unânime uma determinada configuração cultural (Peixoto, 2003), sustentabilidade e participação são duas categorias lexicais que invadiram os processos de patrimonialização e que moldam atualmente o que designamos aqui por linguagem consensual do patrimônio.

Na verdade, sustentabilidade e participação parecem ser hoje termos-muleta incontornáveis e indissociáveis dos processos de patrimonialização. Enquanto metalinguagem, o termo patrimônio é, ele mesmo, expressão e metáfora dos processos que são catalogados como sustentáveis, na medida em que sem uma consciência patrimonial tudo parece condenado a desaparecer; ou seja, a ser insustentável. Acresce que, nos processos de patrimonialização, a sustentabilidade parece depender cada vez mais da participação comunitária. O que significa que os processos só são vistos como sustentáveis se houver evidências que foi a comunidade a definir seu próprio rumo.

Descontando o fato de o termo comunidade refletir uma ideia de consenso que na realidade é difícil de encontrar, como se a comunidade fosse uma configuração social que se exprimisse em uníssono, a participação revela-se frequentemente nos processos de patrimonialização como categoria lexical ideológica que legitima o poder de quem já tem poder nesses processos. Com isto, queremos explicitamente dizer, sem querer generalizar e salvaguardando casos pontuais, que a retórica oficial do patrimônio se apoia na ideia de participação para legitimar a hegemonia dos poderes e agentes que decidem o âmbito e o rumo da patrimonialização. Como nota Singh, a própria UNESCO pauta suas ações por processos e orientações *top-down*

que resultam frequentemente na marginalização das comunidades (Singh, 2014).

Embora existam várias formas de participação e o conceito esteja constantemente a ser reinventado (Bresson, 2014), o campo patrimonial não é dos mais propícios a promover modalidades de participação. Na verdade, o patrimônio não é uma prioridade da vida da maior parte das pessoas. Todavia, a retórica das políticas neoliberais tem procurado difundir a doutrina da participação enquanto forma de mobilizar os indivíduos para a coprodução de projetos de modo a envolver decisores, técnicos e cidadãos. Mas o impulso fundamental fica sempre do lado dos decisores e o envolvimento dos cidadãos fica frequentemente aquém do esperado, estando excessivamente sujeito a critérios de proximidade (Bresson, 2014). Esse parece ser, precisamente, um dos problemas da participação no domínio patrimonial, na medida em que estando fisicamente próximo, o patrimônio está longe das urgências que tomam conta do quotidiano dos indivíduos.

Por outro lado, embora a sustentabilidade possa ter várias dimensões, pese embora o fato de os processos de patrimonialização difundirem recorrente e primordialmente princípios de sustentabilidade cultural e social das comunidades, os decisores políticos enfatizam crescentemente o aspeto da sustentabilidade econômica do patrimônio. Isso se deve a que muitos processos de patrimonialização exigem investimentos financeiros significativos e comportam outro tipo de custos sociais que não são suficientemente justificáveis com suplementos de identidade local ou com os argumentos da sustentabilidade cultural e social. Por isso, os decisores políticos tendem a evidenciar ganhos económicos futuros que, por regra, resultam da interação entre patrimônio e procura turística. Neste contexto, o ideal e a promessa de uma sustentabilidade que é, ao mesmo tempo, cultural, social e económica são geradores de consensos que se dissipam na hora da contatação que a obtenção de um estatuto patrimonial não beneficia a comunidade com as receitas e o emprego desejados. Quando o reconhecimento patrimonial traz muitos turistas que passam rapidamente pelo local, sem gerar oportunidades, mas trazendo, por exemplo, barulho e lixo, ou provocando uma subida local de preços, limitando a acessibilidade dos residentes a espaços da sua cidade ou impondo regras que oprimem a liberdade de atuação, a linguagem consensual do patrimônio pode acabar por se ver confrontada com um revanchismo espontâneo da comunidade local.

A EUTANÁSIA DO PATRIMÔNIO

Em setembro de 2007, o “Le Monde” publicou um pequeno artigo intitulado, de forma interrogativa, “Podemos demolir igrejas?” (Bars, 2007). Esse artigo surgiu num contexto em que vários municípios rurais franceses começaram a equacionar e a concretizar a demolição programada de igrejas.

Esse movimento de demolição resultou da constatação que a manutenção das igrejas é uma operação dispendiosa, e tão mais dispendiosa quantos essas igrejas não tenham qualquer tipo de uso, como acontece na França, dada a evolução das práticas religiosas dos franceses. As declarações do Presidente da Câmara de Valanjou (no Maine-et-Loire), citado no “Le Monde”, localidade onde o conselho municipal votou democraticamente por 16 contra 1 a demolição de parte de uma igreja, são inequívocas: “Temos três igrejas para 2 mil habitantes. Por ano, o custo médio de manutenção de cada igreja ascende a 12 mil euros” (Bars, 2007).

Este tipo de explicações se generalizou rapidamente pelo mundo rural francês e as igrejas, numa onda crescente de iconoclastia, começaram a ser demolidas, entre grande polêmica, é verdade, pois surgiram sugestões provocadoras como, por exemplo, converter as igrejas em mesquitas, o que atenderia à satisfação das graduais práticas religiosas muçulmanas em nítida expansão no país (o que num país como a França, de patrimônio católico e com uma história crescente de confrontos culturais e religiosos, é um fator potencialmente multiplicador de conflitos). Provocações desse tipo emergiram num contexto, em que o Estado central francês, para promover o diálogo cultural, se propunha afetar recursos para a construção de mesquitas. Mas esse tipo de explicações encontrou também muita compreensão junto de católicos devotos e até de parte da Igreja que nem sempre viu com maus olhos a concentração dos recursos na recuperação de igrejas com valor patrimonial e artístico.

Uma sondagem efectuada em julho de 2007 pela TNS-Sofres para a revista *Pèlerin*, a uma amostra estratificada de 1000 indivíduos, mostrava, *grosso modo*, que 53% dos inquiridos se revelavam chocados com a destruição de velhas igrejas pouco utilizadas, que 67% defendiam que a melhor estratégia passava por tentar preservar o maior número possível de igrejas, que 64% consideravam as igrejas como elementos importantes do patrimônio, que 31% consideravam que a manutenção das igrejas é cara, que 26% era de opinião que nem todas as igrejas mantinham o mesmo interesse arquitetó-

nico, que 58% defendiam que as igrejas deveriam ser consagradas a outros usos além do culto católico (TNS Sofres, 2007).

Igrejas demolidas ... não propriamente. “Desconstruídas”. Uma vez que, súbita e ironicamente, se multiplicaram os Prefeitos que, quais seguidores do filósofo Jacques Derrida, adotaram o termo “desconstrução”, curiosamente importado e adotado em vários locais do mundo por agentes envolvidos em operações de requalificação urbana. Citando um desses Prefeitos, desconstrução é “(...) uma palavra menos violenta e mais respeitadora”. Este eufemismo suavizante é revelador do choque que uma narrativa feita de consensualidades e de presunções tidas como certas pode causar na hora das decisões difíceis e de mudança radical das políticas patrimoniais. No caso em apreço, a “desconstrução” das igrejas passava pela sua demolição e pela construção, em seu lugar, de uma pequena capela de betão, simbolizando a dimensão religiosa. (Le Goff, 2009)

Esta espécie de eutanásia do patrimônio, ou seja de lhe tirar a vida antes que ela acabe naturalmente, levanta, aliás, questões interessantes sobre as modalidades de gestão mais adequadas para o patrimônio. Isto na medida em que mostra que a perspectiva da intervenção, da conservação, da salvaguarda e do restauro, se já era criticada por aqueles que acham que a essência do patrimônio é a tendência natural para a ruína, e que essa essência não deve ser contrariada, pode ter uma visão ainda mais radical que é a da eliminação cirúrgica e prematura de patrimônios desvalorizados pela relação quantidade/uso/qualidade patrimonial. Porém, esta é uma perspectiva recente que confronta a linguagem consensual do patrimônio que se consolidou no pós Segunda Guerra Mundial. À falta de melhor termo, podemos designar esta perspectiva por processo de despatrimonialização.

Esta onda de despatrimonializações (chamemos-lhe assim para sermos benevolentes em relação ao eufemismo “desconstrução”) que assola hoje o mundo do patrimônio, estendendo-se de maneira evidente aos museus, pode ser vista como o resultado de uma crise de que se toma subitamente consciência e para a qual não se encontram outras soluções. Ou pode ser vista como resultado de uma tomada de consciência que assume frontalmente a necessidade de fazer escolhas por oposição a uma política de desembaraçamento progressivo de edifícios que são deixados a apodrecer durante 20 anos, sem qualquer intervenção, para depois serem entaipados, e evidenciando que a demolição não é uma vergonha, mas sim um imperativo. Também aqui, acrescentaríamos, um pouco à semelhança do que

se passa com os centros históricos das nossas cidades, ou com edifícios históricos (como os cine-teatros) em muitos casos a apodrecer à espera de políticas evidentes de demolição.

Mas é muito mais que isso, obrigando-nos a reconhecer que qualquer patrimônio é sempre produto de uma determinada sociedade, no sentido em que o patrimônio, ele próprio, é um objeto político. O patrimônio criado pela Revolução Francesa, com a emergência do Estado Nação, não é o patrimônio dos anos 1990 do século XX. É um patrimônio monumental, orientado para a consolidação da ideia de Nação e que, por assentar em lógicas preservacionistas e conservacionistas, mereceu, durante muito tempo, uma grande desconfiança das ideologias de esquerda e dos movimentos renovadores. Como mereceu uma forte desconfiança dos grupos sociais que ficaram dos lados vencidos nos episódios e acontecimentos que levaram à existência desse patrimônio monumental e celebratório. O patrimônio dos anos 1990 do século XX, graças à mediação das várias ciências que se foram interessando pelo patrimônio (e não é fácil lembrar de alguma que não se tenha interessado), e que reinventaram o termo e a realidade a que ele se refere, já não é um patrimônio tão essencialista, tão monumental, tão disciplinar, tão ligado a um conjunto restrito de ideias. Podemos até criticar os excessos e a facilidade de patrimonialização das últimas décadas do século XX que contribuíram inegavelmente para a consolidação da linguagem consensual do patrimônio e que levaram ao “tudo é patrimônio”⁶⁶, desde que isso não nos retire a capacidade em perceber que não estamos só a falar de novos patrimônios. Estamos também a falar de novas sociedades: mais descentralizadas, mais escolarizadas, mais permeáveis a culturas científicas, mais dotadas de especialistas e profissionais especializados, sociedades com maiores reivindicações de participação e de afirmação identitária, mais heterogêneas.

O que é curioso é que, numa sociedade em crise, se volte a fazer um certo discurso de essencialização, criticando-se os excessos da patrimonialização e apelando-se a intervenções orientadas para a salvação dos patrimônios

66. Aliás, existem várias expressões que dão conta da fúria patrimonial que tomou conta das sociedades de finais do século XX: “alquimia do patrimônio”; “paixão patrimonial” (Guillaume, 1980); “reinvenção do patrimônio” (Bourdin, 1984); “loucura patrimonial” (Jeudy, *Patrimoines en folie*, 1990); “alegoria do patrimônio” (Choay, 1992); “patrimomania” (Martin-Granel, 1999); “abusos do patrimônio” (Graham, Ashworth, & Tunbridge, 2000); “maquinaria patrimonial” (Jeudy, *La machinerie patrimoniale*, 2001); “histeria do patrimônio” (Peixoto, 2006), etc.

mais emblemáticos. A questão relevante aqui é a de que as políticas de patrimonialização obrigam a fazer escolhas, como qualquer outra política, mas, ao contrário de outras políticas, ficam, com frequência, mais fechadas nos centros de decisão onde são tomadas. Até que ponto é pertinente confrontar a linguagem consensual do patrimônio com estas e outras práticas atuais de despatrimonialização? Até que ponto, em certos contextos, se passa rapidamente de uma linguagem consensual a uma linguagem disruptora?

FICAR DE SACO CHEIO DO PATRIMÔNIO

A questão é que muita gente, que faz parte daquilo que a retórica do patrimônio designa levemente por comunidade, parece estar a ficar de saco cheio do patrimônio. E se isto for mesmo assim temos de nos perguntar porquê.

De modo que uma questão pertinente para confrontar a linguagem consensual do patrimônio é a seguinte: se hoje perguntássemos às comunidades se elas estão mais satisfeitas que insatisfeitas por terem obtido um determinado reconhecimento patrimonial, se elas sabem exatamente o que foi reconhecido e porquê, ou até mesmo se elas querem continuar a ostentar esse selo patrimonial, será que elas nos diriam que estão mais satisfeitas que insatisfeitas, que sabem o que foi reconhecido e porquê, que querem continuar a ser patrimônio? O cidadão comum em Coimbra ou em Ouro Preto conhece hoje a candidatura a patrimônio mundial e o seu conteúdo? O cidadão informado sabe porque o Brasil candidata à UNESCO a Praça de São Cristóvão e não outro bem da lista indicativa?

Dresden, no Vale do rio Elba, na Alemanha, saiu da lista da UNESCO em 2009 por estar de saco cheio do patrimônio. A UNESCO gosta de dar a entender que foi uma penalização da UNESCO e não uma decisão da comunidade local que levou à saída de Dresden da lista. A verdade é que os habitantes de Dresden foram ficando fartos da UNESCO e de suas imposições, na medida em que várias possibilidades de transformação urbana da cidade, de uma cidade habitada, com uma multiplicidade de funções, foram sendo rejeitadas por colidirem com o valor patrimonial reconhecido pela UNESCO.

Em 27 de fevereiro de 2005, Dresden tinha realizado um referendo, solicitado através de uma petição assinada por 398.274 habitantes, em que votaram 50,8% dos habitantes locais, com 201.955 votos válidos, em que 68% dos votantes disseram que sim e 32% disseram que não à ponte cuja construção suscitou o conflito patrimonial, sabendo que a UNESCO retiraria o sêlo patrimonial se a ponte fosse construída.

Esta questão não é só local. Foi nacional e internacional. As instâncias políticas e culturais nacionais envolveram-se no debate e Günter Grass, prêmio nobel da literatura, veio dizer que “O Patrimônio Mundial não é só das pessoas de Dresden, mas de toda a Alemanha”. A questão é precisamente essa. De quem é afinal o patrimônio mundial e como ficam as “comunidades” quando lhes é pedido que paguem um preço por algo que é delas, mas, afinal, não é?

Grass juntou-se aos manifestantes contra a ponte para dizer que “Esta cidade tem sofrido bastante”, aludindo à destruição de Dresden na Segunda Guerra Mundial. E concluiu que esse sofrimento iria prolongar-se por via de uma ignorância deliberada e que a destruição em tempo de paz iria continuar. Günter Grass e outros intelectuais, como Martin Walser, pediram à chanceler Angela Merkel que intercedesse junto às autoridades de Dresden para que “a Alemanha não perdesse a sua fama de nação da cultura”. Merkel intercedeu, mas a organização federalista da Alemanha não lhe permitiu mais que desenvolver essa tentativa de dissuasão. Do outro lado, os manifestantes a favor da ponte diziam “Não queremos nenhuma ditadura da UNESCO no vale do Elba”.

Mas não é precisamente essa ideia de desenvolvimento, supostamente trazida pelo turismo, que se apresenta às comunidades quando se trata de as convencer das vantagens da patrimonialização? E não é o incumprimento dessa promessa nos moldes em que as comunidades esperavam que leva tantas vezes à indiferença se não mesmo à rejeição do patrimônio, que acaba sendo ironicamente visto como algo externo e distante? Não é a promessa de reforço da identidade local uma vantagem evidente da patrimonialização? Mas que vale a identidade quando bloqueia mudanças desejadas?

Se nos focarmos nos usos do patrimônio local num contexto global, designadamente no contexto dos usos turísticos, uma das questões que o caso de Dresden levanta é a de saber até que ponto as políticas de patrimonialização da UNESCO não são cegas à realidade que o patrimônio não tem (a não ser na aparente consensualidade da linguagem de técnicos

e decisores políticos) um estado puro de existência. E até que ponto as políticas da UNESCO não são demasiado rígidas ao ponto de impedir que os bens patrimoniais se adaptem à mudança de funções e aos usos sociais. Até que ponto a UNESCO não promove, com suas políticas, uma indústria da essencialização que converte o carácter compósito da cultura em uma essência facilmente reconhecível e facilmente consumível; algo que se adapta bem ao consumo turístico, mas mal às relações quotidianas dos locais com os bens tombados?

Daí uma terceira e conclusiva pergunta: o que seria o património mundial se os processos de inventário fossem realmente participativos? Se fosse realmente a comunidade a solicitar e a decidir sobre o que é patrimonializado? Hoje, os processos de patrimonialização da UNESCO são muito complexos, exigem grande nível de profissionalização e são muito fechados. Adotando uma leitura mais radical, pode constar-se que a UNESCO não promove processos de patrimonialização voltados para as comunidades locais, mas sim para o mercado turístico internacional e isso tem levado várias comunidades a equacionar uma forma de despatrimonialização que passa por sair das listas da Unesco (Gaillard & Rodwell, 2015). Gaillard e Rodwell focam-se, precisamente nos casos de Dresden e Liverpool, que foi colocada pela UNESCO, em 2012, na lista do património mundial em perigo, por ter iniciado um debate sobre as vantagens e desvantagens de integrar as listas da UNESCO.

CONCLUSÃO

Como notam Chiricure et al. (2011) a retórica da participação comunitária é frequentemente exacerbada, sendo que, na prática, a participação comunitária aplicada a processos de patrimonialização é muito difícil de concretizar. Isso se deve ao fato de as comunidades não serem nem universais, nem homogêneas. Estes autores argumentam ainda que os decisores políticos e os profissionais da patrimonialização prestam uma certa vassalagem ao conceito de participação na exata medida em que reconhecem que os interesses da comunidade e os interesses de quem promove os processos de patrimonialização nem sempre coincidem.

Nesta medida, os processos de patrimonialização assentam no estabelecimento de uma base aparentemente consensual, com ideias difusas de sus-

tentabilidade e de participação a legitimarem ações que são tudo menos consensuais.

Os processos de despatrimonialização, enquanto expressão radical de um confronto dirigido à linguagem consensual do patrimônio, são uma manifestação punjente de um fenômeno com raízes no passado longínquo, mas que uma sociedade ancorada na abrangente e assumida cultura patrimonial da segunda metade do século XX tem sérias dificuldades em aceitar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bars, S. L. (12 de setembro de 2007). Peut-on démolir des églises ? *Le Monde*. Acesso em 28 de setembro de 2007, disponível em http://www.lemonde.fr/societe/article/2007/09/12/peut-on-demolir-des-eglises_954168_3224.html

Benjamin, W. (1986). *Documentos de cultura. Documentos de barbárie (escritos escolhidos)*. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.

Bourdin, A. (1984). *Le patrimoine réinventé*. Paris: PUF.

Bresson, M. (2014). La participation : un concept constamment réinventé. Analyse sociologique des enjeux de son usage et de ses variations. *Socio-logos*. Acesso em 6 de outubro de 2015, disponível em <http://socio-logos.revues.org/2817>

Chiricure et al., S. (2011). Unfulfilled promises? Heritage management and community participation at some of Africa's cultural heritage sites. Em E. Waterton, & S. Watson, *Heritage and Community Engagement. Collaboration or Contestation?*(pp. 38-49). Nova Iorque: Routledge.

Choay, F. (1992). *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil.

de Certeau, M. (1974). *La culture au pluriel*. Paris: Union Générale d'Éditions.

Gaillard, B., & Rodwell, D. (2015). A Failure of Process? Comprehending the Issues Fostering Heritage Conflict in Dresden Elbe Valley and Liverpool — Maritime Mercantile City World Heritage Sites. *The Historic Environment: Policy & Practice*, 1(6), 16-40.

- Graham, B., Ashworth, G. J., & Tunbridge, J. E. (2000). *A Geography of Heritage. Power, Culture & Economy*. Londres: Oxford University Press.
- Guillaume, M. (1980). *La politique du patrimoine*. Paris: Editions Galilée.
- Jeudy, H.-P. (1990). *Patrimoines en folie*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Jeudy, H.-P. (2001). *La machinerie patrimoniale*. Paris: Sens & Tonka.
- Le Goff, G. M. (2009). La polémique autour de la démolition des églises : le cas du Maine-et-Loire. *In Situ - Revue des patrimoines*. Acesso em 3 de outubro de 2015, disponível em <http://insitu.revues.org/5563>
- Martin-Granel, N. (1999). Malaise dans le patrimoine. *Cahiers d'Etudes Africaines*. [Prélever, exhiber. La mise en musées], XXXIX(3-4), 487-510.
- Peixoto, P. (2003). Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *Sociologia*(13), 211-226.
- Peixoto, P. (2006). *O passado ainda não começou. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano Português*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento em Sociologia.
- Singh, J. P. (2014). Cultural Networks and UNESCO: Fostering Heritage Preservation Betwixt Idealism and Participation. *Heritage & Society*, 1(7), 18-31.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Londres: Routledge.
- TNS Sofres. (25 de julho de 2007). *L'avenir des églises* | TNS Sofres. Fonte: TNS Sofres: <http://www.tns-sofres.com/etudes-et-points-de-vue/lavenir-des-eglises>